



05 DE FEVEREIRO DE 2019

Terça-feira

- CONVITE: PALESTRA E CLÍNICA TECNOLÓGICA SOBRE MEIO AMBIENTE
- CAMPANHA DA VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE 2019
- EMPRESAS DEVEM PRIORIZAR TECNOLOGIAS JÁ ADOTADAS, DIZ RELATÓRIO
- PEDIDOS DE FALÊNCIA SOBEM 10,3% EM JANEIRO E CAEM 14,5% NO ACUMULADO DE 12 MESES
- GM CONFIRMA DEMISSÃO DE 4 MIL FUNCIONÁRIOS NA AMÉRICA DO NORTE
- RENÚNCIA FISCAL DO SIMPLES É SUPERESTIMADA, DIZ ESTUDO
- REDUZIR CARGA TRIBUTÁRIA SERÁ OBJETIVO PARA MELHORAR CRESCIMENTO, DIZ GOVERNO
- PROPOSTA AUTORIZA USO DO FGTS PARA CAPITALIZAÇÃO
- GOVERNO AVALIA ADOTAR SISTEMA DE PONTOS PARA TRANSIÇÃO NA PREVIDÊNCIA
- MAIA DEFENDE REFORMA, MAS DIZ QUE É PRECISO EVITAR SACRIFÍCIO 'INJUSTAMENTE DISTRIBUÍDO'
- PROPOSTA PARA PREVIDÊNCIA PREVÊ IDADE MÍNIMA DE 65 ANOS PARA HOMEM E MULHER
- BENEFÍCIO PODERÁ SER INFERIOR AO MÍNIMO
- CONTRIBUIÇÃO PODE CHEGAR A 40 ANOS
- ONYX DIZ QUE REFORMA DA PREVIDÊNCIA SERÁ 'MUITO DIFERENTE' DE MINUTA DIVULGADA
- POLÍTICO TAMBÉM PRECISARÁ CUMPRIR IDADE MÍNIMA
- SETOR ELÉTRICO SERÁ FLEXÍVEL E HARMONIOSO ENTRE GOVERNO E PRIVADOS, DIZ DOCUMENTO
- SINDIGÁS: PETROBRAS ANUNCIA AUMENTO DE GLP RESIDENCIAL ENTRE 0,5% E 1,4%
- BOTIJÃO DE GÁS FICA MAIS CARO A PARTIR DESTA TERÇA-FEIRA

- MESTER, DO FED, APOIA DECISÃO DE MANTER JUROS INALTERADOS EM MEIO A INCERTEZAS
- MERCADO AGORA ESPERA MANUTENÇÃO DA TAXA SELIC EM 6,5% AO ANO EM 2019, DIZ BC
- IPC-C1 (BAIXA RENDA) SOBE 0,61% EM JANEIRO ANTE 0,32% EM DEZEMBRO, DIZ FGV
- COPOM INICIA REUNIÃO DE ANÁLISE DE MERCADO EM PRIMEIRO DIA DE ENCONTRO
- PROJEÇÕES DO MERCADO PARA O CÂMBIO RECUAM E FAVORECEM INFLAÇÃO MENOR
- UNIDADE DA VOLKSWAGEN NOS EUA VAI COMPRAR BATERIAS DA TESLA PARA ESTAÇÕES DE CARROS
- 'BANCOS ESTÃO ME DIZENDO QUE HÁ MUITO CRÉDITO', DIZ PRESIDENTE DA VOLKS
- VOLKSWAGEN PREPARA NOVO PLANO DE INVESTIMENTO PARA O BRASIL
- VOLKSWAGEN TERÁ 100 CONCESSIONÁRIAS DIGITALIZADAS ATÉ O FIM DE 2019
- GM PRETENDE INVESTIR R\$ 10 BILHÕES NO BRASIL ATÉ 2024, APESAR DA ALEGAÇÃO DE PREJUÍZO NO PAÍS
- VENDAS DE VEÍCULOS LEVES REGISTRAM MELHOR JANEIRO DESDE 2015
- ZF FORNECE NOVAS TRANSMISSÕES AUTOMATIZADAS AO FORD CARGO NO BRASIL
- ABIMAQ PREVÊ AVANÇO DO SETOR ENTRE 5% A 6% DA RECEITA PARA 2019
- SEGURADORAS DEVEM REVER ANÁLISE DE RISCO E PREÇO PARA SETOR DE MINERAÇÃO

CÂMBIO		
EM 05/02/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,677	3,678
Euro	4,198	4,200

Fonte: BACEN

Convite: Palestra e Clínica Tecnológica sobre Meio Ambiente

05/02/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR

Convite
Palestra e clínica
tecnológica sobre...

Meio Ambiente

O SINDIMETAL/PR, em parceria com o SENAI, convida para as palestras sobre o tema "Meio Ambiente" a serem realizadas no dia:

21 de Fevereiro de 2019
Das 09h00 às 11h
SENAI CIC – IST. de Meio Ambiente & Química
Rua Senador Accioly Filho, 298 – CIC – Curitiba - PR

- 09h00 – 09h20 – ABERTURA: SINDIMETAL/PR e SENAI

Temas Abordados:

- 09h20 – 09h40 – Resíduos sólidos e logística reversa – Elcio Herbst
- 09h40 – 10h00 – Licenciamento ambiental, efluentes líquidos – Mauricio J. da Silva
- 10h00 – 10h20 – Emissões atmosféricas e passivos ambientais – Felipe P. de Moraes
- 10h20 – 11h00 – Clínica tecnológica
- 11h00 – Encerramento

IMPORTANTE: Evento destinado a empresários, diretores, gerentes e responsáveis pela área ambiental de empresas do setor metalmeccânico do Estado do Paraná.

Palestrantes:

 Elcio Herbst Mestre em Meio Ambiente Urbano e Industrial pela USP, SENAI e Universidade de Stuttgart	 Mauricio Jober da Silva Tecnólogo em Gestão Ambiental, pelas Faculdades Integradas Camões	 Felipe Pires de Moraes Engenheiro ambiental e sanitário pela FAE Business School
--	---	--

As inscrições poderão ser feitas até o dia 18/02/2019, com Fliziane de Medeiros Maciel, pelo telefone (41) 3218-3935, ou pelo e-mail assistente.juridico@sindimetal.com.br.
VAGAS LIMITADAS e exclusivas para empresas associadas.

Campanha da Vacinação Contra a Gripe 2019

05/02/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR

SAÚDE

Sem gripe sua empresa não perde as melhores habilidades.

Campanha de Vacinação contra a Gripe.
Adesões a partir de 04/02

sesipr.com.br 

O SINDIMETAL/PR informa que o SESI já iniciou a **CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE 2019**. Abaixo seguem as informações.

O Sesi começou a Campanha da Vacinação Contra a Gripe 2019, tendo como foco o atendimento à indústria paranaense e o fomento ao associativismo sindical, conforme segue:

Serviço de imunização a saúde trabalhador: contempla a aplicação de uma dose da vacina contra a gripe no trabalhador;

- Público- Alvo: Campanha destinada para o trabalhador da indústria, não extensiva para seus familiares;
- Preços e descontos:

Desconto por perfil de público-alvo	Preço dose da vacina	
	Trivalente	Quadrivalente
*Sindicatos e/ou empresas associadas aos sindicatos empresariais filiados à Fiep	R\$ 29,00	R\$ 37,00
CNAE Indústria ou Empresas Contribuintes (não associadas aos sindicatos patronais filiados à Fiep)	R\$ 41,00	49,00
CNAE não Indústria	R\$ 59,00	69,00

*Importante: Preços praticados para sindicatos e/ou empresas associadas a estes, NÃO poderão ser praticados para outros públicos. Desta forma, todos os contratos de empresas associadas deverão ter a confirmação da associação via e-mail do sindicato.

- **Atenção:** Para fins de cobrança no ano de 2019, será considerado o número de doses solicitadas por meio do Termo de Adesão, o qual tem validade jurídica;
- **Datas:** **Período de adesão: 04/02/2019 à 01/03/2019 - Gesto vacinal: abril à junho de 2019.**
- Contatos e mais informações: Detalhes técnicos sobre a operacionalização da campanha:
- Rosângela Lenhatovicz – e-mail: rosangela.lenhatovicz@sistemafiep.org.br ou adesaovacina@sistemafiep.org.br / fone: 41 3271-9851.
- Detalhes comerciais devem ser consultados diretamente o colaborador Jorge Luiz Felipe – e-mail: Jorge.felippe@sistemafiep.org.br / fone 41 3271-9221.

Empresas devem priorizar tecnologias já adotadas, diz relatório

05/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 04-02-2019 por The Wall Street Journal)

'Próxima grande novidade' para os negócios não existe, segundo a CompTIA

Os gastos mundiais com tecnologia da informação para uso empresarial devem crescer em 3,9% este ano, cerca de US\$ 200 bilhões (R\$ 735 bilhões) com relação ao ano passado, para mais de US\$ 5 trilhões (R\$ 18 trilhões), de acordo com o mais recente relatório da organização setorial CompTIA.

Os avanços não serão propulsores por uma ferramenta ou tecnologia. Em lugar disso, o estudo aponta, a "próxima grande novidade" na tecnologia para empresas, este ano, será a maneira pela qual as companhias extrairão o máximo dos sistemas e tecnologias de que já dispõem, combinando blocos básicos de tecnologia da informação, recursos humanos e sistemas de maneiras inovadoras.

"A ideia da próxima grande novidade morreu", o relatório afirma.



Robô carrega pequenas embalagens no laboratório 4.0 da Natura - Eduardo Knapp/Folhapress

Segundo a CompTIA, o fenômeno anual de uma nova capacidade de tecnologia da informação que promete revolucionar as formas pelas quais as empresas operam se tornou menos relevante, em um mundo de negócios já saturado de tecnologia.

Em lugar de identificar a próxima ferramenta digital essencial —seja computação em nuvem, blockchain ou [inteligência artificial](#) —, as empresas se saem melhor quando trabalham para "compreender o conjunto crescente de blocos básicos, e como encaixar essas peças para propelar a transformação digital", afirmou a CompTIA.

Por exemplo, combinar a internet das coisas a algoritmos acionados por inteligência artificial pode gerar novas capacidades em uma série de aparelhos conectados, de maquinaria industrial a terminais de caixa do varejo, permitindo que as empresas automatizem tarefas, reduzam a complexidade e obtenham novas eficiências.

Os objetivos desses e de outros esforços variam de setor a setor, incluindo a melhora na experiência do consumidor, avanços nos locais de trabalho ou canais de vendas melhores, o relatório afirma.

A CompTIA calcula uma alta mínima de 1,5% nos gastos com tecnologia e uma alta máxima de 6,4%, a depender de uma gama de condições de mercado.

"É essa mistura de gastos, combinada ao que acontecer com os preços, que determinará que taxa de crescimento teremos no ano", disse Tim Herbert, vice-presidente sênior de pesquisa e informações de mercado da organização.

Enquanto muitas categorias emergentes de tecnologia devam gerar crescimento da ordem de dois dígitos, capacidades maduras ou próximas da maturidade verão crescimento de apenas alguns pontos percentuais.

Uma recente projeção do grupo pesquisa Gartner sobre gastos com tecnologia da informação antecipa crescimento de 3,2% ante 2018, o equivalente a US\$ 3,8 trilhões, puxado pela transição contínua das empresas, de data centers localizados em suas instalações para a computação em nuvem.

As projeções se baseiam em uma análise das vendas de milhares de fornecedores de tecnologia, em numerosas categorias de produtos e serviços de tecnologia da informação.

Os dois relatórios alertam para viradas imprevistas nos gastos como resultado de uma possível desaceleração econômica e incertezas comerciais.

Pedidos de falência sobem 10,3% em janeiro e caem 14,5% no acumulado de 12 meses

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Os pedidos de falência no País tiveram queda de 14,5% no acumulado de 12 meses até janeiro, conforme dados da Boa Vista. Já as falências decretadas registraram alta

de 1,3%, enquanto os pedidos de recuperação judicial subiram 2,8% e as recuperações judiciais deferidas, 3,5%, no período.

Contudo, na comparação mensal os pedidos de falência avançaram 10,3% e as falências decretadas cresceram 46,9% em janeiro no confronto com dezembro. Em contrapartida, registraram quedas os pedidos de recuperação judicial, de 43,7%, e recuperações judiciais deferidas, de 56,8%

De acordo com a equipe econômica da Boa Vista, o declínio registrado nos pedidos na comparação em 12 meses reflete a melhora nas condições econômicas desde o ano passado, que permitiu às empresas apresentarem sinais mais sólidos nos indicadores de solvência.

“A continuidade desse recuo dependerá de uma retomada mais acelerada da atividade econômica nos próximos períodos.”

GM confirma demissão de 4 mil funcionários na América do Norte

05/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 04-02-2019)

Companhia diz que demitir durante economia aquecida permite funcionários se realocarem

A General Motors Company afirmou nesta segunda-feira (4) que iniciou a última rodada de sua reestruturação na América do Norte, que inclui a demissão de 4.000 funcionários de seus escritórios. Segundo a companhia os cortes devem ocorrer ao longo das próximas duas semanas.

De acordo com a agência de notícias Reuters, centenas de empregos estão sendo cortados em centros de tecnologia da informação nos EUA, em estados como Texas, Geórgia, Arizona e Michigan. Mais de mil vagas foram encerradas em Warren, no Michigan Tech Center.

Em novembro, a GM anunciou que faria o corte de 15 mil vagas e o fechamento de plantas na América do Norte.



Manifestantes protestam contra as demissões da GM em Detroit, Michigan - Rebecca Cook/Reuters

“Essas ações são necessárias para garantir o futuro da empresa, incluindo a preservação de milhares de empregos nos EUA e no mundo. Estamos agindo agora enquanto a economia geral e o mercado de trabalho estão fortes, aumentando a capacidade dos funcionários afetados de continuar avançando em suas carreiras”, disse Pat Morrissey, porta-voz da GM, acrescentando que a maior parte dos cortes será concluído nas próximas duas semanas.

BRASIL

No Brasil, o presidente da montadora no Mercosul, enviou um email aos funcionários sobre o assunto no início de janeiro, no qual afirmava que a GM Brasil teve prejuízo de 2016 a 2018, e que 2019 seria um ano decisivo.

A companhia argumenta que passa por dificuldades no país que podem inviabilizar parte de suas operações.

Após a carta, a GM iniciou a negociação com sindicatos: a montadora tenta implementar a jornada intermitente (por hora ou dia) e aumentar de 40 para 44 horas a carga horária de novos funcionários, entre outras medidas.

Os sindicatos não estão aceitando as propostas. Procurada, a GM disse que não vai comentar nenhum dos assuntos relacionados às negociações com funcionários ou governos.

Renúncia fiscal do Simples é superestimada, diz estudo

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Um dos maiores especialistas em contas públicas do País, o pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), José Roberto Afonso, coloca em xeque os cálculos do governo para medir o tamanho da renúncia do Simples (regime de tributação simplificado das micro e pequenas empresas) e de outros benefícios tributários.

Em estudo ao qual o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, teve acesso, Afonso avalia que as renúncias medidas pela Receita Federal estão superestimadas. Para ele, os benefícios fiscais viraram uma “panaceia” e permanecem sem esclarecimentos da memória de cálculo e aspectos metodológicos. As renúncias ganharam destaque depois que o ministro da Economia, Paulo Guedes, avisou que tem um plano para cortá-las a fim de reduzir mais rapidamente o déficit das contas públicas.

“Além da grave carência de transparência em torno do cálculo do gasto público indireto, difícil é traçar cenários sobre quanto se pode recuperar de recursos diante da óbvia reação dos beneficiários à sua redução”, diz Afonso, que acompanha com lupa as contas públicas há mais de 30 anos.

O economista cobra maior transparência da Receita e acesso a dados básicos e afirma que, como ocorre com o Simples, é muito provável que todas as renúncias estejam superestimadas. “Eles (os técnicos) repetem a mesma apuração do passado ignorando o que se passou.”

O economista da FGV, um dos autores da Lei de Responsabilidade Fiscal, critica que não faltam recursos para que sejam divulgados os microdados da Receita, já que a escrituração fiscal está toda hoje digitalizada.

Para Afonso, o caso do Simples é emblemático já que, na sua avaliação, não há consistência na verificação dos dados, o que tem levado a previsões como a de o Simples vai gerar uma renúncia de R\$ 87,3 bilhões só em tributos federais em 2019. Ele questiona, inclusive, a própria classificação como renúncia, uma vez que assim não são tratadas as exportações, com imunidade constitucional, mas o mesmo princípio não se aplica às microempresas, apesar da mesma Constituição assegurar tratamento diferenciado para elas.

Afonso lembra que o ex-deputado Luis Carlos Hauly (PSDB-PR) e o ex-senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) já pediram, no passado, com requerimento parlamentar, a memória de cálculo, que nunca apareceu. No estudo, economista avalia que as dúvidas metodológicas aumentam quando observada com lupa a consolidação das contas de 2013, último ano-calendário para o qual foram publicados dados básicos declarados pelos contribuintes. Ou seja, é o último ano para o qual se conhece a consolidação do IRPJ no País.

Pelos seus cálculos, a renúncia efetiva é R\$ 23 bilhões em 2013. Enquanto isso, o demonstrativo de gasto tributário da RFB, mesmo com bases efetivas, calcula uma renúncia de R\$ 62 bilhões – ou seja, 2,7 vezes maior. Ele defende a avaliação periódica e detalhada de todos benefícios fiscais.

Reduzir carga tributária será objetivo para melhorar crescimento, diz governo

05/02/2019 – Fonte: DCI

Mensagem da União ao Congresso destaca dois problemas principais que impedem que uma economia funcione bem: carga tributária alta, de 33% do PIB, e a complexidade das normas



Segundo o texto, as medidas de simplificação tributária estariam dentro do plano de melhoria do ambiente de negócios do País

Em mensagem enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional empossado, a equipe econômica deixa claro que trabalhará por uma redução da carga tributária "como forma de melhorar o crescimento econômico". Segundo o texto, as propostas devem seguir na direção de "simplificar o cumprimento por meio de obrigações tributárias acessórias, para reduzir custos e diminuir os efeitos cumulativos de alguns dos impostos federais". Além disso, quer mitigar a ocorrência de passivos fiscais.

A mensagem destaca que o sistema tributário brasileiro tem dois problemas principais que impedem que uma economia emergente funcione bem: carga tributária alta, de 33% do PIB, e a complexidade das normas, o que gera custos para as empresas e para as autoridades fiscais.

Segundo o texto, as medidas de simplificação tributária estariam dentro do plano de melhoria do ambiente de negócios do País.

Proposta autoriza uso do FGTS para capitalização

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O governo vai incluir na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) a previsão de criação do sistema de capitalização para a Previdência Social, mas vai deixar a regulamentação para ser feita depois por meio de projeto de lei. O modelo, pelo qual as contribuições vão para uma conta individual, terá caráter obrigatório, dependendo do nível de renda.

Os trabalhadores poderão usar parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para complementar a contribuição, sem prejuízo de outras fontes adicionais de contribuições de empregados e do trabalhador, pelo texto da minuta da PEC obtida pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

A capitalização é um dos pontos polêmicos da reforma da Previdência, mas conta com o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Em entrevista após a sua reeleição, Maia chegou a prever que a capitalização "passa fácil" na Casa. Mas essa é

uma proposta que só vai valer para quem ainda vai entrar no mercado de trabalho, em data ainda a ser definida.

Para conter as resistências, o governo decidiu incluir na PEC apenas a previsão legal para a capitalização, sem fixar um prazo para que a regulamentação seja feita. A medida dá tempo para o governo trabalhar numa proposta. A estratégia será mostrar também que o modelo de capitalização será diferente do chileno, que passa por revisão depois que as aposentadorias ficaram menores do que a renda prevista inicialmente.

Pelo texto da PEC, será vedada a transferência de recursos públicos para esse novo sistema. A gestão desse novo sistema será feita por entidades de previdência públicas e privadas. O trabalhador poderá escolher a entidade que vai gerir esses recursos e poderá optar pela portabilidade a qualquer momento sem nenhum custo. O governo não poderá usar esses recursos.

A capitalização será pelo regime de contribuição definida. Isso significa que o valor da contribuição é acertado no ato da contratação do plano e o benefício que será recebido no futuro varia em função do valor das contribuições, do tempo em que foram feitas e da rentabilidade dos recursos.

Governo avalia adotar sistema de pontos para transição na Previdência

05/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 04-02-2019)

Uma das propostas de reforma da Previdência discutida pelo governo Jair Bolsonaro cria idade mínima de 65 anos para aposentadorias urbanas do INSS para homens e mulheres que passarem a contribuir a partir da publicação das novas regras. Segundo o texto, o tempo obrigatório de contribuição para os novos segurados é de 20 anos. Trechos do teor da minuta foram divulgados pelo jornal O Estado de S. Paulo. A **Folha** confirmou as informações.

A equipe de Bolsonaro, no entanto, minimizou o seu conteúdo, afirmando ser apenas uma sugestão entre várias em debate. O presidente já se manifestou contrário a igualar as regras para ambos os sexos.

Quando lhe foi perguntado sobre o texto divulgado, o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, respondeu que ele “não contém a totalidade dos aspectos que estão sendo estudados pelo governo”. Segundo Barros, algumas das informações do texto “não são efetivas”.

“O presidente não confirma enquanto não tiver um projeto fechado sobre a Previdência”, afirmou.

O vice-presidente, Hamilton Mourão, afirmou que Bolsonaro não concorda com uma idade mínima semelhante para homens e para mulheres.

“O presidente não é favorável a igualar homem e mulher, e eu concordo com ele”, afirmou. “O presidente é que vai decidir isso aí. Não adianta ficar especulando”, disse. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, negou que a proposta irá tratar homens e mulheres da mesma forma. “Não, não é. Está errado”, disse, sobre o documento divulgado.

O texto prevê uma transição por pontos para os que já são segurados ou passarem a contribuir antes da publicação da reforma. A aposentadoria sem idade mínima sairia quando houvesse tempo de contribuição de 30 anos (mulher) e 35 anos (homem), desde que a soma da idade ao período contribuído alcance 86 e 96 pontos, respectivamente.

Essa pontuação valeria como regra de acesso aos benefícios para aqueles que a completassem até o fim deste ano. A partir de 1º de janeiro de 2020, a exigência subiria um ponto a cada ano, até 105 pontos, para mulheres e homens.

A proposta cria um novo cálculo para o valor da aposentadoria: para quem tem até 20 anos de contribuição, o benefício é de 60% da média de todas as contribuições realizadas desde julho de 1994.

Cada ano a mais de recolhimento acrescentará 2% da média salarial ao benefício. Para a aposentadoria integral, seriam necessários 40 anos de contribuição.

O texto prevê uma facilidade no acesso ao benefício para quem está perto de se aposentar: não exigir pontuação do segurado que, em até cinco anos a partir da aprovação da reforma, completar o tempo de contribuição de 30 anos (mulher) ou 35 anos (homem). Mas nesse caso, o valor do benefício seria calculado com o fator previdenciário.

Está em análise também uma renda mínima de R\$ 500 para pessoas de baixa renda e que não conseguem se sustentar aos 55 anos ou mais. A partir dos 65 anos, o benefício subiria para R\$ 750.

O esboço da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma também estabelece a criação de um regime de capitalização, no qual cada trabalhador faz a própria poupança.

Segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, as negociações estão em andamento e não há, por ora, uma proposta finalizada, embora a minuta divulgada dê pistas sobre o que está em discussão.

Atualmente, há duas formas de aposentadoria. Uma delas é por idade. É necessário ter contribuído por 15 anos e alcançar 65 anos de idade (homens) e 60 anos (mulheres).

A por tempo de contribuição exige 35 anos de pagamentos ao INSS para homens e 30 anos para mulheres.

Maia defende reforma, mas diz que é preciso evitar sacrifício 'injustamente distribuído'

05/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 04-02-2019)

Presidente reeleito afirmou ainda que Congresso que ditará tempo de votação da Previdência

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu nesta segunda-feira (4) a aprovação da reforma da Previdência. Ele disse, no entanto, que é preciso evitar que os sacrifícios da população sejam "injustamente distribuídos".

"Devemos aprovar uma Reforma adequada às exigências de dinamização da nossa economia. Ao mesmo tempo, precisamos ter sensibilidade para evitar que o sacrifício imposto ao conjunto da população venha a ser demasiado, e injustamente distribuído", afirmou Maia em mensagem ao Congresso durante a abertura do ano legislativo.

Reeleito na sexta-feira (1º), Maia defende, por exemplo, que em paralelo à proposta de emenda constitucional sobre a Previdência, seja discutida lei da aposentadoria de militares.



O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia - Sérgio Lima/AFP

Maia também afirmou que caberá ao Congresso ditar o tempo da examinação da proposta da reforma. "O Executivo está ultimando sua proposta, e caberá ao Congresso examiná-la na sua forma, mérito e tempo", disse.

O presidente elencou como prioridade também o debate da segurança pública. "Outra questão espinhosa que teremos de examinar é a do combate à criminalidade, seja a de colarinho-branco, seja a que ameaça a segurança pública e a tranquilidade do cidadão de modo mais imediato", afirmou ele.

Maia patrocinou, em 2018, um pacote de medidas apresentado pelo então ministro da Justiça Alexandre de Moraes. Nesta segunda (4), o atual ocupante da pasta, Sergio Moro, apresentou novo conjunto de propostas de alteração de leis penais.

"Como esse problema é complexo, teremos de analisar as propostas apresentadas para solucioná-lo com bastante cuidado", disse o presidente da Câmara.

Compareceram à sessão o vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB), e os ministros da Justiça, Sergio Moro, da Secretaria-Geral, Gustavo Bebbiano, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Este foi responsável por entregar a mensagem presidencial em nome de Jair Bolsonaro.

Proposta para Previdência prevê idade mínima de 65 anos para homem e mulher

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A proposta de reforma da Previdência elaborada pela equipe econômica, e que será apresentada ao presidente Jair Bolsonaro, prevê idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem. O dado consta da minuta preliminar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) obtida pelo 'Broadcast', sistema de informação em tempo real do Grupo Estado. A nova idade valerá depois de um período de transição que pode chegar a 19 anos.

O texto da proposta, que já passou pelo crivo da área jurídica do governo e foi confirmado por três fontes que participam da elaboração da reforma, é robusto e faz uma ampla mudança nas regras atuais, como prometeu o ministro da Economia, Paulo Guedes, para garantir uma economia de até R\$ 1,3 trilhão em 10 anos nas despesas do governo. Mas ainda terá de passar pelo crivo do presidente Bolsonaro.

O secretário especial de Previdência Social, Rogério Marinho, confirmou que a minuta é realmente do governo, mas afirmou que há outras simulações sendo feitas pelos técnicos. A reportagem apurou, no entanto, que o texto já foi discutido na última sexta-feira pelo governo. "São várias propostas. A minuta que chegou ao conhecimento da imprensa é apenas mais um entre os textos analisados", afirmou Marinho em um pronunciamento à imprensa.

O texto, antecipado no meio da tarde desta segunda-feira, 4, pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado e pelo portal do jornal **O Estado de S. Paulo**, foi bem-recebida pelo mercado financeiro, que classificou a proposta de

“hardcore”. Ou seja, dura e comprometida com o ajuste das contas públicas (ler mais nas págs. B3 e B4). “Tem muito mais aí do que se esperava inicialmente. Porém, a pergunta que se faz é: a partir dessa minuta, o que vai sobrar?”, disse o economista-chefe do banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal. Na esteira dos detalhes da proposta, a Bolsa bateu novo recorde e alcançou 98.588 mil pontos.

A proposta de igualar a idade mínima de homens e mulheres para a aposentadoria é um dos temas mais polêmicos da reforma e já provocou nesta segunda-feira mesmo reação de integrantes do governo e parlamentares que vão votar o projeto. Depois da divulgação do conteúdo da proposta, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, se adiantou e disse que o presidente Jair Bolsonaro é contra a ideia de igualar a idade mínima para a aposentadoria. “Os números estão inflados. O presidente não é favorável a igualar a idade mínima entre homens e mulheres. Concordo com ele”, disse o vice-presidente.

Parlamentares ouvidos pela reportagem acreditam que o governo quer ter margem de negociação com o Congresso e, por isso, estabeleceu um limite alto de idade. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse ver com preocupação a questão, principalmente para as trabalhadoras rurais.

Gatilho

A proposta de reforma da Previdência prevê também um mecanismo de ajuste na idade mínima conforme a elevação da expectativa de vida dos brasileiros. A ideia é que o ajuste seja feito a cada quatro anos, conforme aumente a expectativa de sobrevida da população brasileira aos 65 anos.

Para evitar reações contrárias antes de o novo texto ser apresentada na Câmara, o governo havia traçado uma estratégia de comunicação de contenção de vazamentos. A divulgação do texto acabou provocando nesta segunda-feira mal-estar na equipe e preocupação de a proposta ser bombardeada antes da hora.

Benefício poderá ser inferior ao mínimo

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O governo Jair Bolsonaro pretende criar regras diferenciadas para o público que hoje recebe o Benefício da Prestação Continuada (BPC), concedido a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. A principal mudança é que o valor do pagamento não ficará atrelado ao salário mínimo, como é hoje.

Essa medida foi a que teve pior repercussão entre os parlamentares no Congresso Nacional, após a divulgação da minuta da reforma da Previdência com exclusividade pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado. Deputados e senadores já avisam que uma medida como essa não passa no plenário das duas Casas. A avaliação é de que a ideia penaliza a população que hoje já sofre para conseguir se sustentar.

O ex-presidente Michel Temer também tentou propor a possibilidade de pagar benefícios assistenciais abaixo do salário mínimo, mas esse foi um dos primeiros pontos a cair em meio às negociações com os parlamentares. No governo, a percepção é de que não se pode atrelar o salário mínimo, que estabelece a remuneração básica do trabalhador, à assistência, cujo pagamento não requer nenhuma contribuição.

Estratégia

Para tentar vencer as resistências, a equipe econômica propõe uma idade menor que a atual, de 65 anos, para que os mais pobres comecem a receber o benefício assistencial. Pessoas “em condição de miserabilidade” e que não tenham conseguido contribuir à Previdência pelo tempo mínimo exigido para a aposentadoria receberão R\$ 500,00 a partir dos 55 anos. O valor aumenta para R\$ 750,00 a partir dos 65 anos.

Haverá ainda um benefício extra para pessoas acima de 70 anos e que tenham contribuído por ao menos dez anos ao INSS. Esse período é insuficiente para pedir aposentadoria, mas vai garantir um adicional de R\$ 150,00.

Para pessoas com deficiência e sem condição de sustento, esse pagamento será maior, de R\$ 1 mil. Posteriormente, uma lei complementar poderá estabelecer outros critérios para a concessão de todos esses benefícios.

Em todos os casos, será preciso comprovar renda mensal per capita familiar do requerente, que deverá ser inferior a um quarto de salário mínimo. Não será possível acumular esse benefício com outro pagamento assistencial.

Abono salarial

A proposta também pretende restringir o pagamento do abono salarial aos trabalhadores que recebem um salário mínimo por mês. Atualmente, o abono é pago a todos que recebem até dois salários mínimos. O benefício é equivalente a um salário mínimo e seu custo está estimado em R\$ 19,2 bilhões no Orçamento de 2019.

Essa era uma medida que já estava nos planos da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, como mostrou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado. O governo do ex-presidente Michel Temer também tentou reduzir a abrangência do abono salarial, mas a proposta sofreu resistência e não avançou.

Contribuição pode chegar a 40 anos

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Os brasileiros que ganham acima de um salário mínimo precisarão contribuir por 40 anos para conseguir se aposentar com 100% do salário de contribuição (cujo teto hoje é de R\$ 5,839 mil), segundo a minuta da proposta de reforma da Previdência obtida pelo 'broadcast', serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, que foi preparada pela equipe econômica e será apresentada ao presidente Jair Bolsonaro.

Para quem ganha o piso, nada muda, uma vez que o texto proíbe o pagamento de qualquer aposentadoria abaixo de um salário mínimo. Mesmo assim, essa regra deve ser um dos focos de resistência dos parlamentares durante a tramitação no Congresso Nacional.

Pela minuta, os segurados que ganham mais de um salário mínimo vão ter direito a 60% do benefício ao completar 20 anos de contribuição – que passaria a ser o tempo mínimo de contribuição, hoje em 15 anos. A cada ano adicional, são conquistados mais 2 pontos percentuais. Por exemplo, quem conseguir ficar 35 anos recolhendo para a Previdência vai receber 90% do salário de contribuição.

A regra vale tanto para o INSS quanto para o regime dos servidores públicos, embora o tempo mínimo de contribuição a ser exigido seja diferente. Enquanto no INSS será de 20 anos, para o funcionalismo seria de 25 anos. Para professores, que, pela proposta, seriam contemplados com idade mínima menor (60 anos), a exigência seria de 30 anos de contribuição.

Transição

Nos cinco anos seguintes à aprovação da reforma, ainda será possível se aposentar por tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 anos para mulheres, como hoje) sem nenhum outro tipo de exigência. Mas o segurado ficará sujeito ao fator previdenciário – um cálculo que leva em conta idade e tempo de contribuição e acaba reduzindo o valor do benefício. Isso dá poder de escolha ao trabalhador que já estiver muito próximo da aposentadoria.

Na transição, também será usada a regra "85/95" para o trabalhador saber se tem direito a se aposentar, mesmo não tendo ainda completado 65 anos. A regra 85/95 foi criada no governo Dilma Rousseff. Por ela, um homem que, somando tempo de contribuição e idade chegasse ao número 95, poderia se aposentar com benefício integral. No caso das mulheres, esse número era de 85. É a regra em vigor hoje, mas com números diferentes: 86 e 96 (esses números vão subindo ao longo dos anos).

Pela proposta da equipe econômica, esse fator passará a ser usado não mais para se obter o benefício integral, mas como uma forma de se conseguir a aposentadoria, mesmo sem ter completado 65 anos. Se a proposta estivesse em vigor, um homem que, somando idade e contribuição chegasse ao número 96, poderia se aposentar. Mas o benefício não seria integral.

Segundo o texto, a regra 86/96 sobe um ponto a cada ano, até o limite de 105 pontos. Isso significa uma transição de nove anos para homens e de 19 anos para mulheres.

Onyx diz que reforma da Previdência será 'muito diferente' de minuta divulgada

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que o impacto fiscal da reforma da Previdência que será apresentada pelo governo será próximo de R\$ 1 trilhão em 10 anos. Em entrevista à rádio CBN, ele declarou também que o texto final será "muito diferente" da proposta apresentada pela equipe econômica e revelada nesta segunda-feira, 4, pelo **Broadcast**.

"O impacto fiscal da reforma vai ser próximo de R\$ 1 trilhão dentro dos próximos dez anos", disse Lorenzoni. "É um impacto muito maior do que estava previsto, mas isso é obtido de uma forma muito mais tranquila, muito mais suave, no que diz respeito à transição. Não se retira direito de ninguém, ao contrário, há um olhar muito fraterno por conta do processo que está sendo construído", declarou. Em Davos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, havia afirmado que a proposta poderia render uma economia de R\$ 700 bilhões a R\$ 1,3 trilhão em uma década.

De acordo com o ministro da Casa Civil, o texto relevado pela reportagem na véspera é uma das versões elaboradas e é um "ensaio", e não o "jogo final". Lorenzoni relatou que conversará nesta terça-feira, 5, com Guedes e com o secretário de Previdência, Rogério Marinho, sobre o texto.

A palavra final da reforma que será enviada ao Congresso, enfatizou, será do presidente Jair Bolsonaro. Lorenzoni destacou ainda que a ideia do governo é que, para os próximos 20 ou 30 anos, o País tenha "vida resolvida no aspecto previdenciário com absoluto equilíbrio fiscal".

Capitalização

O chefe da Casa Civil enfatizou que o governo quer estimular o modelo de capitalização na Previdência. A estratégia, declarou, é "consertar" o texto elaborado pelo ex-presidente Michel Temer.

"O governo anterior só consertava o barco e queria botar os nossos filhos e netos em um barco furado, isso não é justo com eles. Então nós nos preocupamos em criar um outro sistema, que é o sistema de capitalização, que ainda vai ser detalhado para toda sociedade brasileira, mas nesse sistema nossos filhos e netos estarão absolutamente seguros e com uma externalidade, que é o estímulo à capitalização", disse.

Para o ministro, o País precisa elevar de 15,5% para 20% o índice de poupança interna sobre o PIB.

Político também precisará cumprir idade mínima

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A proposta de reforma da Previdência elaborada pela equipe econômica do governo deve exigir idade mínima de 65 anos para os atuais políticos se aposentarem. Também veda a adesão de novos parlamentares ao atual plano de aposentadoria dos congressistas, que permite benefício acima do teto do INSS (atualmente R\$ 5,8 mil).

Pela regra de transição, os que já fazem parte desses planos especiais deverão completar a idade e ainda cumprir um “pedágio” de 30% sobre o tempo que falta hoje para a aposentadoria. Já os futuros eleitos serão direcionados ao regime do INSS e precisarão seguir as mesmas regras dos trabalhadores do setor privado. No futuro, após a transição, essas exigências ficarão mais duras e incluirão 65 anos de idade mínima para se aposentar e 20 anos de tempo mínimo de contribuição.

Hoje, um dos planos de aposentadoria, o IPC, vale para parlamentares que ingressaram até 1997. Ele dá direito a aposentadoria com 50 anos de idade, com benefício proporcional ao tempo de mandato. Oito anos de contribuição são suficientes para se obter 26% do salário de parlamentar. O benefício integral é concedido àqueles com 30 anos de contribuição.

A outra modalidade para aposentadoria parlamentar, que reúne a maior parte dos habilitados, é o PSSC, com regras um pouco mais duras que o IPC e cujo benefício é sujeito ao teto do funcionalismo (R\$ 39,2 mil). São necessários 60 anos de idade e 35 de contribuição.

Como mostrou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, em janeiro, Bolsonaro é um dos 142 deputados que poderão pedir aposentadoria pelos planos especiais para congressistas. Até hoje, o Planalto não informou se Bolsonaro pretende pedir ou já solicitou o benefício a que tem direito – e que poderá ser acumulado com o salário de presidente.

Setor elétrico será flexível e harmonioso entre governo e privados, diz documento

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-02-2019)

O modelo para o setor elétrico a ser perseguido pelo governo Jair Bolsonaro promete uma “estrutura dinâmica, flexível e harmoniosa” com a participação “governamental e de agentes privados”. A informação faz parte da mensagem enviada pelo presidente Bolsonaro ao Congresso Nacional nesta segunda-feira, 4.

No trecho dedicado ao setor, o documento reforça o discurso da equipe econômica ao prometer a redução de “encargos e subsídios que impactam o preço final da energia elétrica”. Ao mesmo tempo, o governo quer oferecer ao mercado privado “participação crescente na formação de preços da energia”.

Sobre a matriz energética, o documento cita a intenção do governo de ampliar a diversificação das fontes “a partir de fundamentos científicos, tecnológicos e funcionais acerca de suas propriedades e benefícios”. O documento destaca que o plano do governo para o setor elétrico contempla “respeito pleno aos pilares de sustentabilidade (ambiental, social e econômico)”.

O esforço, diz o documento, pretende “viabilizar uma trajetória estratégica, sistêmica e efetiva de expansão do parque elétrico nacional como base sólida para o desenvolvimento do País”.

Sindicás: Petrobras anuncia aumento de GLP residencial entre 0,5% e 1,4%

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-02-2019)

O Sindicato Nacional das Indústrias Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicás) informou que a Petrobras anunciou o aumento do GLP Residencial (gás de cozinha) entre 0,5% a 1,4%, dependendo do polo de suprimento. O aumento vai vigorar a partir de terça-feira, 5, nas refinarias da estatal.

O último aumento anunciado para ao produto, que tem ajustes trimestrais, havia ocorrido em 6 de novembro de 2018. O novo preço médio do produto, segundo a Petrobras, será de R\$ 25,33 o botijão de 13 quilos, contra R\$ 25,07 após o ajuste de novembro.

Pelos cálculos do Sindicás, o valor do GLP empresarial está 13,4% acima do GLP Residencial.

Botijão de gás fica mais caro a partir desta terça-feira

05/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 04-02-2019)

Aumento vale nas refinarias, que correspondem a 37% do preço final ao consumidor

O preço do botijão de gás de 13 quilos subirá a partir de hoje nas refinarias da Petrobras. Com o reajuste desta terça-feira, o gás residencial tem a quarta alta consecutiva. De R\$ 22,13 em abril do ano passado, o botijão passa a R\$ 25,33 a partir de hoje. Esse é o preço na refinaria, para as distribuidoras.

A previsão do Sindicás é que o preço para as distribuidoras aumente de 0,5% a 1,4%, dependendo do local. Como a definição dos preços é livre, o sindicato diz não ter como estimar o impacto do aumento nas vendas.



Na capital de São Paulo, o preço Botijão de gás é de R\$ 67,06, podendo chegar a R\$ 85 - Gabo Morales/Folhapress

Segundo a Petrobras, o preço do botijão na refinaria corresponde a 37% do custo para o consumidor final. A composição de preços ainda tem ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS/ Pasep e Confins. A participação da distribuição e da revenda corresponde a 44% do cobrado.

Na semana passada, o preço médio do botijão de gás doméstico em São Paulo estava em R\$ 67,58, segundo o levantamento da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), oscilando entre R\$ 90 e R\$ 50.

Na capital, a agência do governo encontrou revendedoras com botijão por R\$ 50, nos locais mais baratos, até R\$ 85, no mais caro.

Outros aumentos

Na semana passada, a partir de sexta-feira, o gás encanado fornecido pela Comgás também ficou mais caro em São Paulo. O aumento médio para consumidores residenciais varia de 8,58% a 11,33%.

A concessionária atende 1,8 milhão de clientes na capital, Grande SP, Baixada Santista, Vale do Paraíba e região de Campinas. O reajuste foi autorizado pela Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) em deliberação publicada no "Diário Oficial" do estado. Foi o segundo aumento desde maio do ano passado.

Segundo a Comgás, a autorização ocorreu devido à alta no custo do gás natural, que sofre influência do preço do petróleo e do câmbio. A empresa diz que suas margens seguem inalteradas.

A Arsesp, em deliberação de 2012, prevê o ajuste no preço do gás sempre que houver "variação significativa no custo."

Mester, do Fed, apoia decisão de manter juros inalterados em meio a incertezas

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A presidente da distrital do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) em Cleveland, Loretta Mester, disse ontem à noite que concorda com a decisão da instituição de adiar novos aumentos de juros enquanto avalia as incertezas atuais.

Referindo-se à decisão do Fed na semana passada de manter seus juros básicos inalterados, Mester disse que "adotamos uma postura de cautela em relação a futuros ajustes das taxas".

"Eu apoiei integralmente essa decisão porque eu acredito que a política, por enquanto, está bem calibrada para a perspectiva econômica e para os riscos ao redor dessa perspectiva", afirmou Mester durante discurso em Cleveland. "Em relação às nossas metas de política de estabilidade dos preços e de emprego pleno, a economia (americana) está numa situação muito boa", acrescentou.

Na última quarta-feira (30), o Fed manteve seus juros de curto prazo na faixa atual de 2,25% a 2,50%. Dirigentes da instituição alegaram que precisam de mais tempo para observar se incertezas que comprometem a perspectiva serão superadas, num momento em que as pressões inflacionárias não estão forçando o Fed a agir.

"O crescimento está desacelerando em relação a um ritmo acima da tendência e o mercado de trabalho está forte, comentou Mester, ressaltando que a inflação dos EUA está perto de 2% – meta do Fed – e não dá sinais de que acelerará de forma significativa.

Nesse contexto, Mester avaliou que a política monetária do Fed não parece estar "muito atrás ou muito à frente da curva".

Mercado agora espera manutenção da taxa Selic em 6,5% ao ano em 2019, diz BC

05/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 04-02-2019)

Entre economistas, já há quem veja mais cortes até o fim do ano em razão da fraqueza da economia

Às vésperas da primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do ano, economistas consultados pelo Banco Central mudaram a percepção e agora esperam que a taxa Selic seja mantida em 6,5% até o fim de 2019.

Há uma semana, a expectativa era que o juro básico encerrasse 2019 em 7% ao ano. A decisão sai na quarta-feira (6).

As projeções para a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) em 2019 caem há três semanas. Há uma semana, a mediana dos economistas apontava alta de 4%. Hoje espera avanço de 3,94% – abaixo da meta de 4,25% do BC estabelecida para este ano.

Embora no horizonte da maioria dos economistas esteja excluída a possibilidade de mais cortes dos juros ao longo do ano, já há quem diga que a reação bastante débil da economia pode levar o Banco Central a novas reduções.



Prédio do Banco Central em São Paulo - Rahel Patrasso/Xinhua

Segundo o Itaú, com projeções de inflação ancoradas em torno das respectivas metas até 2021 e em um contexto em que o nível de capacidade ociosa na economia permanece elevado, o Copom deve manter a taxa Selic estável em 6,5% ao ano na reunião de fevereiro.

Os riscos de alta ou de redução da taxa Selic mais à frente, diz o banco, são simétricos em razão tanto de frustrações com o ritmo da atividade econômica que pressionem a trajetória de inflação para abaixo das metas, como da não implementação de reformas e pressões globais que venham a atuar em sentido oposto.

O cenário base da MCM Consultores, o caminho menos provável para a Selic ao longo deste ano também é o de uma nova rodada de cortes.

Já para a consultoria AC Pastore, do ex-presidente do BC, Affonso Celso Pastore, dados recentes indicam que a recuperação econômica ainda continua extremamente lenta.

Na visão da consultoria, se o governo tiver sucesso em aprovar a reforma da Previdência e, ainda assim, a recuperação se mantiver lenta, é possível que na segunda metade do ano o Banco Central volte a reduzir juros. Isso, no entanto, só poderia ocorrer com o "suporte da consolidação fiscal".

Roberto Castelo Branco, indicado pelo governo Bolsonaro para presidir o Banco Central ainda tem que passar por sabatina no Senado. Até lá, Ilan Goldfajn permanece no cargo.

IPC-C1 (baixa renda) sobe 0,61% em janeiro ante 0,32% em dezembro, diz FGV

05/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1) subiu 0,61% em janeiro, após a alta de 0,32% registrada em dezembro, informou nesta terça-feira, 5, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O indicador é usado para mensurar o impacto da movimentação de preços entre famílias com renda mensal entre um e 2,5 salários mínimos. Com o resultado, o índice acumulou alta de 4,29% em 12 meses.

Em janeiro, o IPC-C1 ficou acima da variação da inflação média apurada entre as famílias com renda mensal entre um e 33 salários mínimos, obtida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-BR), que teve alta de 0,57% no mês. No acumulado em 12 meses, porém, a taxa do IPC-BR foi inferior, aos 4,19%.

Copom inicia reunião de Análise de Mercado em primeiro dia de encontro

05/02/2019 – Fonte: DCI (publicado em 04-02-2019)

Começou às 10h05 desta terça-feira, 5, a reunião de Análise de Mercado do Comitê de Política Monetária (Copom). Na tarde desta terça, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, e os diretores da instituição ainda participam da reunião de Análise de Conjuntura, também no âmbito do Copom.

Na quarta-feira, 6, eles têm mais uma rodada de discussões antes de decidirem o novo patamar da Selic (a taxa básica de juros), atualmente em 6,50% ao ano.

Esta é a primeira reunião do Copom desde que Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República. No entanto, o processo de transição no BC ainda está em andamento. A reunião desta terça do colegiado ainda terá a formação adotada no governo de Michel Temer, com uma única baixa: Reinaldo Le Grazie deixou no ano passado a Diretoria de Política Monetária e ainda não foi substituído.

Já o atual presidente do BC, Ilan Goldfajn, ficará no cargo apenas até que o Senado aprove o nome do economista Roberto Campos Neto, indicado por Bolsonaro no ano passado.

O diretor Carlos Viana de Carvalho, que atualmente ocupa a Diretoria de Política Monetária, voltará para a Diretoria de Política Econômica assim que o nome de Bruno Serra Fernandes for aprovado pelo Senado. Fernandes ficará na Diretoria de Política Monetária. O diretor de Organização do Sistema Financeira, Sidnei Corrêa Marques, será substituído por João Manoel Pinho de Mello, depois que seu nome passar pelo Senado.

Como a expectativa é de que o Senado avalie o nome dos novos dirigentes do BC nas próximas semanas, a reunião desta terça e quarta do Copom deve ser a última de Goldfajn e Sidnei.

De um total de 51 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, todas esperam pela manutenção da Selic em 6,50% ao ano - o menor patamar desde que a taxa foi criada, em 1996. Se confirmada, esta será a sétima manutenção consecutiva da Selic.

Para o fim de 2019, no entanto, algumas instituições chegam a projetar novo ciclo de corte de juros, na esteira da recuperação lenta da economia e dos índices controlados de inflação. Entre 49 projeções preliminares, as expectativas para o Selic no fim deste ano vão de 5,50% a 8,25% ao ano. Uma das principais dúvidas é se o governo Bolsonaro conseguirá avançar na agenda de reformas, especialmente em relação à Previdência.

Na segunda-feira, o Broadcast (sistema fechado de notícias em tempo real do Grupo Estado) publicou, com exclusividade, detalhes da minuta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência. Entre as novidades, estão a idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, a criação de um modelo de contribuição individual e o tempo mínimo de contribuição de 20 anos para se aposentar.

No encontro anterior do Copom, em 11 e 12 de dezembro, o colegiado manteve a Selic no patamar de 6,50% ao ano. Na decisão, o comitê indicou que a Selic tende a permanecer no atual nível nos primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro. O Copom

avaliou ainda que, desde o encontro anterior, de outubro, houve alta do risco de a ociosidade na economia produzir inflação abaixo do esperado.

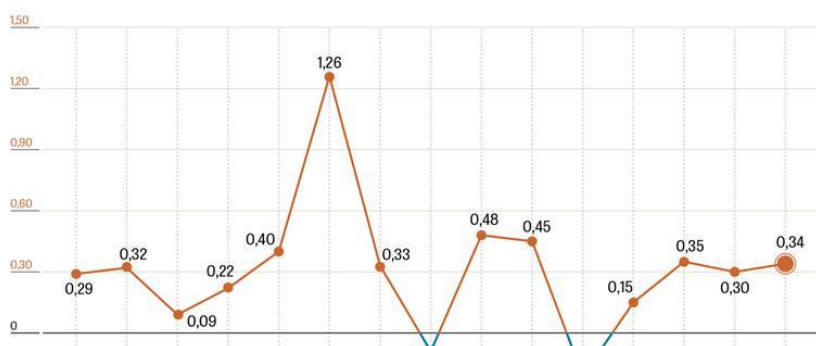
Ao abordar seu cenário básico, o BC citou três riscos para a inflação brasileira. De um lado, a ociosidade da economia, que pode provocar baixa de preços. De outro, a possibilidade de as reformas não caminharem e o cenário externo mais desfavorável aos países emergentes, o que pode impulsionar a inflação. A instituição afirmou que houve uma elevação do risco ligado à ociosidade e um arrefecimento do risco vinculado às reformas.

Projeções do mercado para o câmbio recuam e favorecem inflação menor

05/02/2019 – Fonte: DCI

Perspectiva de juros menores no ambiente externo e baixa atividade econômica do País indicam cenário tranquilo para o IPCA, cuja expectativa caiu de 4% a 3,94%; previsão para Selic é de 6,5%

Variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ▶ Em %



Economistas do mercado financeiro cortaram suas projeções para a taxa de câmbio no final de 2019, de R\$ 3,75 para R\$ 3,70, de uma semana para outra. Há um mês, a expectativa era de dólar a R\$ 3,80.

Com isso, o cenário para a inflação do ano, que já é benigno, perdeu mais um fator de pressão. Inclusive, o Boletim Focus do Banco Central (BC), divulgado ontem, mostrou que as projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2019 caíram de 4,00% para 3,94%.

A maioria dos economistas também passou a ver a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 6,50% este ano. Na semana passada, a mediana das previsões indicavam Selic de 7%. O Comitê de Política Monetária (Copom), responsável por decidir sobre os juros, reúne-se entre hoje e amanhã.

Um dos fatores que mexeu com as previsões veio do setor externo, comenta a economista da Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro. "Os bancos centrais pelo mundo estão dando sinais de que farão ajustes mais moderados nas taxas de juros. Com isso, os agentes de mercado que antes viam uma maior pressão na inflação via câmbio estão revisando suas estimativas", afirma Ribeiro.

No último dia 31, o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) decidiu manter os juros entre 2,25% e 2,50%, alegando que será "paciente" para realizar novas altas, diante de pressões inflacionárias e do cenário global.

"Com a projeção de câmbio para baixo, isso reduz as pressões inflacionárias aqui no Brasil, especialmente porque provoca viés de baixa nos preços das commodities", destaca Ribeiro. Ela lembra que esse cenário, somado a um dinamismo econômico muito baixo, indica um cenário de inflação mais tranquilo do que se esperava para o

ano. "Diante disso, nossa expectativa é de que a Selic só volte a subir em março de 2020. O mercado trabalha com janeiro de 2020".

Patricia Pereira, especialista da Mongeral Aegon Investimentos, reforça que as probabilidades de aumento de juros nos Estados Unidos se reduziram e que isso, por sua vez, diminui os riscos de desvalorização do real. "Contudo, eu acredito que, mais importante do que o setor externo, será a nossa lição de casa na parte fiscal. Sem as reformas, a moeda nacional pode voltar a se desvalorizar", diz Pereira. Ontem, o dólar comercial fechou abaixo de R\$ 3,70, a R\$ 3,6699.

O coordenador do IPC do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE), André Braz, acrescenta que o bom comportamento da inflação também é resultado de fatores climáticos que têm beneficiado a produção agrícola. "Desde 2017, a agricultura não vem se apresentando como um desafio. Temos tido boas safras e choques climáticos pouco significativos", afirma Braz.

Além disso, o especialista comenta que o baixo nível de crescimento da economia, após a forte recessão entre 2015 e 2016, e o consequente enfraquecimento da demanda interna, fez com que grupos de preços que rodavam tradicionalmente acima da média do IPCA, recuassem. É o caso dos preços dos serviços e dos bens duráveis que, antes da crise, acumulavam altas de 7% a 8%. No final de 2018, o IPCA de serviços, por exemplo, fechou com variação de 3,36%.

"O nível de desemprego ainda é muito alto, o que diminui o consumo de serviços e dos bens duráveis", diz Braz. Segundo ele, mesmo que ocorra variações maiores nos preços dos administrados, como combustíveis e energia, isso não será um grande problema para o IPCA, no geral, tendo em vista o cenário mais controlado para os preços livres.

Estimativas até março

Somente para o mês de janeiro, a Tendências Consultoria prevê alta de 0,50% para o IPCA, variação acima da mediana do mercado financeiro, que aponta aumento de 0,38%. De acordo com Ribeiro, essa projeção maior se explica pelo avanço dos preços do transporte público nas cidades brasileiras. "Enquanto em dezembro, o item ônibus urbano registrou alta de 0,13%, em janeiro o aumento deve ficar em torno de 1,1%", prevê Ribeiro.

Já nas estimativas da Mongeral Aegon Investimentos, o IPCA de janeiro deve vir em 0,40%, mas subir 0,48% em fevereiro, puxado pelos preços da educação, explica Pereira. Nas previsões de Braz, por sua vez, o IPCA de janeiro deve ficar mais próximo de 0,30%.

Já no Boletim Focus, os economistas do mercado financeiro reduziram de 0,40% para 0,38% as suas previsões para a inflação de janeiro. Um mês antes, o percentual projetado estava em 0,37%. Para fevereiro, a projeção foi de 0,41% para 0,36% e, para março passou de 0,35% para 0,34%.

Unidade da Volkswagen nos EUA vai comprar baterias da Tesla para estações de carros

05/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 04-02-2019)

A Electrify America, uma unidade da companhia alemã, fará as instalações em mais de 100 estações

A Electrify America, uma unidade da Volkswagen, vai instalar baterias da Tesla em mais de 100 estações de recarga nos Estados Unidos para manter os custos de recarga de veículos elétricos baixos.

Os usuários de energia elétrica podem incorrer com custos mais elevados em momentos de alta demanda, algo que pode acontecer na hora de uma recarga de veículo elétrico ou de alguns deles ao mesmo tempo em uma única estação de reabastecimento.

"Se você passar a conta da demanda para o consumidor em um mercado muito demandado", isso pode custar entre US\$ 70 (R\$ 256) e US\$ 110 (R\$ 402) para recarregar um veículo, disse o vice-presidente de operações da Electrify America, Brendan Jones. "Se você fizer isso, obviamente ninguém vai comprar um carro elétrico."



Golf elétrico apresentado em Bruxelas, na Bélgica - Francois Lenoir/Reuters

Os sistemas de baterias da Tesla retiram energia da rede elétrica em momentos fora do pico e armazenam para uso durante os períodos de maior demanda, ajudando a reduzir os custos da eletricidade. A Electrify America vai instalar a maior parte das baterias em áreas nos Estados Unidos onde há uma alta concentração de proprietários de veículos elétricos, particularmente na costa oeste e no nordeste do país.

Até junho deste ano, a Electrify America terá 484 estações de recarga de veículos elétricos nos EUA. A companhia está discutindo com autoridades o uso de mais baterias para a próxima rodada de investimento em infraestrutura, disse Jones.

O executivo afirmou ainda que além de reduzir custos de recarga para os consumidores, a Electrify America vai avaliar a possibilidade de vender a energia armazenada nas baterias para reduzir os custos das estações de recarga.

As montadoras globais de veículos estão planejando investir US\$ 300 bilhões em tecnologia de eletrificação nos próximos cinco a dez anos.

'Bancos estão me dizendo que há muito crédito', diz presidente da Volks

05/02/2019 - Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-02-2019)

O presidente da Volkswagen para América do Sul e Caribe, Pablo Di Si, disse nesta segunda-feira, 4, que tem ouvido de executivos de bancos que "há muita liquidez" e "muito crédito" disponível para ser ofertado em 2019. "Eles estão muito otimistas", afirmou o executivo da montadora alemã, em evento em São Paulo. Além disso, afirmou Di Si, os donos das concessionárias da marca estão lhe dizendo que "a confiança do consumidor voltou".

Esses dois tipos de depoimentos, disse o executivo, lhe dão a confiança necessária para acreditar que o mercado brasileiro de veículos leves deve crescer em torno de 9% este ano. No ano passado, as vendas subiram 14%.

A expansão no Brasil, segundo Di Si, tem ajudado a compensar a queda nas vendas de veículos na Argentina. De acordo com dados fornecidos por ele, a produção da montadora na América Latina, que se resume a fábricas instaladas no Brasil e na Argentina, cresceu 11% em 2018 ante 2017, apesar da crise do mercado argentino.

Além disso, o aumento de demanda em outros países, como Chile, Colômbia e Peru, também contribuiu.

O executivo disse ainda que segue otimista com a renovação do acordo entre Brasil e Argentina para comércio de veículos, que expira em junho de 2020 e define que, para cada US\$ 1 importado da Argentina em veículos e autopeças, o Brasil pode exportar US\$ 1,5 para lá. Di Si afirmou que conversou há duas semanas com o ministro argentino da Produção, Dante Sica, e percebeu que ele está entusiasmado com as conversas que terá com o governo Bolsonaro.

As negociações para renovação, que começaram no governo Temer, ainda não foram retomadas com o presidente Jair Bolsonaro. Na avaliação de Di Si, no entanto, as perspectivas são positivas, porque os dois governos têm posições econômicas semelhantes, com viés liberal. Não há pressa, porém. Para o executivo, as conversas para renovação só devem ser finalizadas em 2020, perto do prazo final, como ocorre de costume.

Volkswagen prepara novo plano de investimento para o Brasil

05/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-02-2019)



Pablo Di Si, presidente da companhia na América do Sul, projeta expansão de dois dígitos

A **Volkswagen** já trabalha para definir seu próximo plano de investimento para o Brasil. O atual aporte, de R\$ 7 bilhões, termina em 2020 e precisará de continuidade para sustentar a expansão que a marca projeta para a região. “Esperamos alta de 9% para as nossas vendas em 2019, mas já começamos janeiro com ritmo superior, com expansão de 10%”, conta Pablo Di Si, presidente da companhia para a América do Sul.

Ele acredita que o médio prazo é ainda mais promissor. “Estamos nos preparando para crescimento de dois dígitos”, diz. Como suporte à expectativa positiva, ele enumera a melhora na oferta de crédito, as taxas de juros estabilizadas em níveis mais baixos e o aumento da confiança do consumidor. Além disso, o executivo lembra que a Volkswagen tem uma série de lançamentos importantes para o Brasil, a começar pelo T-Cross, primeiro utilitário esportivo produzido pela companhia no País, que deve chegar ao mercado em abril.

Di Si acredita que a produção também deve se sustentar em patamar elevado, com a ajuda das exportações. “No ano passado avançamos 11% sobre 2017”, lembra. Segundo o executivo, o mercado argentino começa a se recuperar e, em paralelo, a Volkswagen tem trabalhado no desenvolvimento de outros negócios na América Latina.

O executivo admite que a intenção é aproveitar a maré de crescimento e trabalhar para voltar à liderança em vendas no Brasil, resgatando o legado do Gol, que foi o carro com maior demanda no País por mais de duas décadas. Di Si garante, no entanto, que o plano não é recuperar a posição a qualquer custo. “Não vou sacrificar margens só para ficar em primeiro lugar”, conclui.

Volkswagen terá 100 concessionárias digitalizadas até o fim de 2019

05/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-02-2019)



Depois da fase de testes, solução desenvolvida no Brasil será replicada em diversos países da América Latina

Depois de dois meses de testes, a Volkswagen começa a adotar a solução de ilha digital para suas concessionárias. A ideia é oferecer, com baixo custo para os distribuidores, uma solução que garanta experiência melhor ao cliente, evitando a quebra de expectativas de quem está acostumado a consumir no mundo digital. “Fizemos o **piloto em 10 revendas**, devemos chegar a 30 concessionárias na América Latina em março e a 100 lojas até o fim de 2019”, conta **Fabio Rabelo**, head de digitalização e novos modelos de negócio da montadora no Brasil, área responsável pelo projeto.

Ao lado do presidente da companhia na América do Sul, Pablo Di Si, o executivo apresentou a novidade já rodando em uma loja da marca: uma revenda do Grupo Caraijá instalada no Jardim Europa, em São Paulo.

“Desenvolvemos a ilha digital aqui no Brasil em tempo recorde. Na semana passada apresentamos tudo para membros do nosso conselho de administração e eles ficaram impressionados com a solução, que é inédita no mundo”, conta Di Si.

PROVAR A HIPÓTESE E ESCALAR A SOLUÇÃO

Apesar de ter nascido dentro da corporação, a solução começou a rodar no maior estilo startuppeiro, com desenvolvimento ágil. Rabelo diz ter apresentado a Di Si em junho de 2018. Com passe livre para ir em frente no desenvolvimento, a montadora entregou a primeira versão em novembro, já no Salão do Automóvel de São Paulo e, em seguida, começou a rodar o piloto nas concessionárias. O período de sete meses que separam a ideia do produto final é bastante comum no ecossistema empreendedor, mas uma grande exceção na indústria automotiva.

Os resultados até aqui, contam Rabelo e Di Si, são os melhores possíveis. Segundo eles, entre 65% e 70% das vendas das concessionárias que já têm o sistema começam na ilha digital. “No fim de semana eu vi os consumidores formarem fila para experimentar os óculos”, diz Rabelo. Agora, depois de comprovar a hipótese e mostrar que a solução funciona, a ideia é escalar seu alcance.

INVESTIMENTO BAIXO, RESULTADO ALTO

Se considerados os custos para digitalizar as lojas, a expansão da novidade realmente tende a ser rápida. O investimento é de R\$ 28 mil para instalar a solução em uma revenda – valor bastante razoável perto dos aportes suntuosos que os distribuidores normalmente precisam fazer para ter a representação da marca em uma grande cidade, por exemplo.

Estão inclusos no investimento todos os equipamentos da ilha digital: uma tela

sensível ao toque de alta definição que mostra os modelos, configurações e preços disponíveis, o computador com alta capacidade de processamento para exibir tudo isso, os óculos de realidade virtual que permitem ao cliente visitar a garagem digital da marca e ter a sensação de entrar e conhecer os carros e, ainda, o mobiliário do espaço. Com isso, o showroom não precisa ser imenso, com um monte de carros à disposição.

"Temos 45 modelos e variações. Fica mais fácil visualizar tudo na tela e, se for o caso, marcar um test drive", diz Rabelo.

A digitalização das revendas Volkswagen abre um leque de possibilidades. "Agora poderemos ter lojas de 90 metros quadrados, com a ilha digital e apenas um carro em exposição", conta Di Si, confirmando que a companhia já seleciona os primeiros concessionários que investirão no novo modelo de revenda. Para Rabelo, a tendência é que a marca ganhe capilaridade, com lojas menores em shoppings, por exemplo, e concentração dos serviços de pós-venda em alguns pontos maiores.

Outra vantagem, aponta o executivo, é que a ilha digital pode ir ao cliente sem que ele precise se deslocar até a loja. "No caso de uma negociação de frota corporativa, o vendedor pode pegar os óculos de realidade virtual, um tablet e levar a experiência até o cliente, no escritório dele", diz.

NOVOS FORNECEDORES

O conceito de digitalização das concessionárias está em ascensão na indústria automotiva. A FCA, por exemplo, também já inaugurou uma **revenda da Fiat** com novas tecnologias. Ainda assim, Rabelo diz ter buscado inspiração fora do setor para desenhar o melhor conceito para a marca. "Visitei desde lojas da Apple e da Samsung até varejo de eletrodomésticos para entender quais são as melhores experiências e desenvolver algo que fizesse sentido para a Volkswagen", conta Rabelo.

A solução acabou resultando em negócios com fornecedores não tão tradicionais para a indústria automotiva. A IBM, parceira cada vez mais próxima da companhia, desenvolveu o sistema da ilha digital. O estúdio de 3D e animação Vetor Zero ficou responsável pelas imagens e a Samsung é a fabricante do hardware. Assim, passo a passo, a companhia cria um novo ecossistema em seu entorno. Como a própria empresa gosta de chamar, é o surgimento da nova Volkswagen.

GM pretende investir R\$ 10 bilhões no Brasil até 2024, apesar da alegação de prejuízo no país

05/02/2019 – Fonte: CIMM (publicado em 04-02-2019)

Novo aporte dependeria de incentivos fiscais, negociações com empregados, revisão estratégica de produção e novos acordos com concessionários

A General Motors do Brasil divulgou mais um comunicado, desta vez sobre os planos de investimento da montadora até 2024, no Brasil. A nota divulgada no último sábado (2) chega dias depois que o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, fez um anúncio para os funcionários de fábricas brasileiras da fabricante.

Confira a íntegra do texto direcionado à imprensa, com os esclarecimentos da GM "A GM está concluindo o plano de investimento de R\$ 13 bilhões no período de 2014 a 2019. A GM está negociando condições de viabilidade para o novo e adicional investimento de R\$ 10 bilhões no período de 2020 a 2024. Caso as negociações tenham sucesso, a GM investiria R\$ 23 bilhões entre 2014 e 2024 (R\$ 13 bilhões de 2014 a 2019 e R\$ 10 bilhões de 2020 a 2024).

O plano de investimento que está sendo concluído, no total de R\$ 13 bilhões de 2014 a 2019, contempla: renovação completa da linha de produtos Chevrolet. Desenvolvimento de novas tecnologias de eficiência energética dentro do Programa INOVAR Auto.

Ressaltando que a GM alcançou neste processo os melhores resultados do programa, com uma média de economia de combustível de 22% na linha, muito superior à média do mercado, que foi de 15,9%. Novas tecnologias de conectividade incluindo a nova geração do sistema multimídia MyLink e o sistema de telemática OnStar.

Expansões nas fábricas de São Caetano do Sul e de Gravataí. Ampliação da fábrica de Joinville, que teve a capacidade elevada de 120 mil para 450 mil motores por ano. Implementação de inovadoras tecnologias de manufatura 4.0 nas fábricas de São Caetano do Sul, Gravataí e Joinville.

Estes investimentos levaram a marca Chevrolet à liderança do mercado, posição que mantém desde outubro de 2015."Como líderes de mercado, estamos assumindo a responsabilidade de encarar de frente os desafios de competitividade que vive a indústria para viabilizar um futuro sustentável aos nossos negócios e o devido retorno aos acionistas.

Continuamos trabalhando com os sindicatos, concessionários, fornecedores e governo com o objetivo de viabilizar este novo e adicional investimento de R\$ 10 bilhões nas fábricas de São Caetano do Sul e São José dos Campos", ressalta Carlos Zarlenga, presidente da GM Mercosul."

Em Gravataí

Na última sexta-feira (1), a fabricante informou que desistiu das 21 reivindicações que havia feito no início da semana no sentido de reduzir custos trabalhistas.

Diminuindo o piso salarial de novos trabalhadores, e a participação nos lucros, bem como alterando a jornada de trabalho. A decisão se aplica apenas à unidade de Gravataí (RS) da General Motors. Na ocasião, o Sindicato local comemorou a decisão. Contudo, a exemplo de outras montadoras no país, o momento da Chevrolet no país é de atenção.

Apesar do anúncio sobre os investimentos, para tentar diminuir seus custos, a empresa iniciou um processo de negociação e de flexibilizações trabalhistas com os sindicatos dos metalúrgicos das cidades de São Caetano do Sul (SP) e São José dos Campos (SP). E também com Governos de alguns Estados da Federação.

À administração paulista, por exemplo, foi solicitado a antecipação de créditos acumulados no ICMS. Enquanto ao Estado do Rio Grande do Sul, a montadora pediu o retorno da isenção no ICMS cobrado sobre o frete interestadual, e diminuição dos custos de exportação a partir do Porto de Rio Grande.

As tratativas começaram depois que a empresa divulgou comunicado interno afirmando que a operação estava dando prejuízo no Brasil, há três anos, o que foi interpretado como uma sinalização de que a marca poderia deixar de produzir no país, caso não voltasse a ter lucro em 2019.

A voz do Sindicato

Depois de ter recusado a proposta da GM de reduzir salários e direitos trabalhistas, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos divulgou nota em que diz unir trabalhadores de diversas categorias para barrar a retirada de direitos proposta pela General Motors no Brasil. No comunicado, o representante da categoria diz que nas próximas semanas essa será a principal tarefa das entidades que integram o Brasil

Metalúrgico. O grupo se reuniu na sexta-feira (1), na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

“Essa grave ameaça da GM afeta toda cadeia produtiva de automóveis. Por isso, o Brasil Metalúrgico organiza hoje essa reunião ampliada”, afirmou Miguel Torres, vice-presidente da Força Sindical, durante a abertura da reunião.

Para os participantes, a montadora faz chantagem ao ameaçar deixar a América Latina, caso não volte a ter lucros. Além disso, ao pressionar pela retirada de direitos, a GM atua como ponta de lança da implementação da reforma trabalhista no Brasil.

Ao final da reunião, os participantes aprovaram a produção de um jornal dedicado à população para explicar, segundo o Sindicato, os impactos negativos que o plano de reestruturação da montadora pode causar na sociedade.

Como tudo começou

Em 18 de janeiro o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, enviou um comunicado para os funcionários de fábricas brasileiras da montadora com trechos de uma reportagem do jornal The Detroit News, sobre entrevista com a presidente global, Mary Barra. E as notícias não eram boas.

O comunicado preocupou o Sindicato dos Metalúrgicos de São José do Campos, e região. Para o jornal norte-americano, Mary Barra poderia estar indicando que deixaria a América Latina, caso o quadro não se revertisse. "Barra deu sinais de que a GM está considerando sair da América do Sul", e "não vamos continuar investindo para perder dinheiro", escreveu o Detroit News. A informação foi divulgada primeiramente pelo jornal "O Estado de S.Paulo".

No mesmo comunicado, **Carlos Zarlenga disse que a GM teve um prejuízo agregado significativo no Brasil no período entre 2016 e 2018**, que não poderia se repetir. "2019 será um ano decisivo para nossa história", afirmou o executivo. Tudo indica que a GM está estudando condições para viabilizar este plano de investimentos no país, até 2024. A estratégia poderá depender não apenas de investimentos, mas também de incentivos e até de mudança de estratégia de market share e de linha de produção.

Vendas de veículos leves registram melhor janeiro desde 2015

05/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-02-2019)



Foram emplacados 190,7 mil automóveis e utilitários no mês, em alta de 8,7% sobre 2018

As vendas de veículos leves totalizaram 190,7 mil unidades, o melhor resultado para janeiro desde 2015. O total de emplacamentos no primeiro mês do ano foi 8,7% maior do que o verificado em 2018. A queda de 15% sobre os licenciamentos de dezembro segue tendência sazonal esperada após a forte alta dos negócios usualmente verificada ao fim de cada ano.

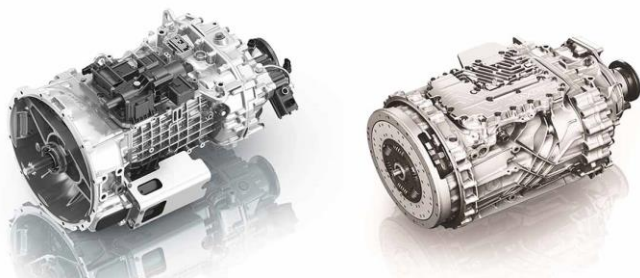
O volume diário de emplacamentos de veículos leves nos 22 dias úteis de janeiro chegou a 8.670, bastante abaixo dos mais de 10 mil/dia que vinham sendo verificados no último trimestre de 2018, o que é explicado pelo baixo fluxo de clientes nas

concessionárias causado pelo período de férias escolares e do maior movimento de dezembro, quando a média diária foi de 11.842 emplacamentos em cada um dos 19 dias úteis do mês.

O número de vendas em janeiro foi divulgado na segunda-feira, 4, pela Abeifa (Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores), em conjunto com os resultados dos importadores associados à entidade. Nesta terça-feira, 5, a Fenabrave, que reúne os concessionários, irá divulgar sua consolidação mensal do mercado brasileiro de veículos. Na quarta-feira, 6, será a vez de a Anfavea fazer a divulgação do desempenho dos fabricantes de veículos instalados no País.

ZF fornece novas transmissões automatizadas ao Ford Cargo no Brasil

05/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-02-2019)



Transmissões automatizadas ZF EcoTronic (esq.) e TraXon estreiam no Brasil nos caminhões Ford Cargo

Câmbio EcoTronic de 9 marchas começa a ser produzido este ano em Sorocaba e em 2020 será a vez do TraXon, de 12 marchas

Os caminhões da família Ford Cargo Torqshift são os primeiros a utilizar as novas transmissões automatizadas da ZF que estão sendo lançadas no mercado brasileiro: o câmbio TraXon, de 12 marchas, equipa os modelos C2631, C3131 e C3133, enquanto a EcoTronic, de 9 marchas, faz sua estreia em produtos da montadora com os modelos C1419, C1519 e C1719.

Segundo o diretor de vendas da ZF América do Sul, Silvio Furtado, esta é a primeira aplicação destas tecnologias no Brasil, parte delas já fornecidas pela fábrica da ZF de Sorocaba (SP).

“A EcoTronic será totalmente montada no Brasil já em 2019, enquanto a TraXon, que momentaneamente é importada da Alemanha, será produzida em Sorocaba a partir de 2020”, revela.

Tanto a TraXon como a EcoTronic receberão o conjunto de embreagens ZF modelos 430 push type e 362 push type, respectivamente. Além destes produtos, vários modelos da marca recebem componentes de chassis da ZF.

De acordo com Furtado, foram aplicadas pequenas alterações nas transmissões, eventualmente relacionadas às interfaces com o powertrain. Com relação ao software, a adaptação foi maior para atender os requisitos da Ford.

Em ambos os casos, a programação das transmissões foi realizada entre as engenharias da ZF do Brasil e Alemanha, embora a maior parte foi de responsabilidade da equipe local. Vários testes foram conduzidos pelas equipes, entre eles os de bancada na Alemanha, com dinamômetros, além dos testes veiculares no campo de provas da própria Ford e em frotistas que atuam no mercado brasileiro.

“Com as novas transmissões da ZF, podemos considerar que os pontos mais fortes alcançados foram desempenho e conforto. As trocas de marcha são mais silenciosas e rápidas e entregam maior robustez dos componentes eletromecânicos. Além disso,

também buscamos redução do consumo de combustível em conjunto com o fabricante de motor e a Ford”, completa.

Entre os ajustes, a pedido da Ford a ZF desenvolveu a função “Low” para ambas as transmissões. Com ela, os caminhões conseguem entregar auxílio em situações de frenagem e declive, além de estratégias específicas de condução, como a função atoleiro, que auxilia na partida do veículo **em terrenos com baixa aderência, como o arenoso, por exemplo.**

Abimaq prevê avanço do setor entre 5% a 6% da receita para 2019

05/02/2019 – Fonte: CIMM

Para a Associação de Máquinas e Equipamentos, a expectativa é de crescimento na demanda local em 10%, enquanto as exportações devem ficar estáveis

A Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) apresentou em coletiva à imprensa, nesta terça-feira (29), os indicadores econômicos de dezembro com o fechamento do ano de 2018 com projeções e expectativas para 2019. Entre as projeções, o setor prevê avanço entre 5% a 6% da receita em relação ao ano passado com a manutenção do crescimento na receita total do setor puxadas, predominantemente, pelo mercado doméstico. A Associação acredita que o avanço deve vir da demanda local, que deve crescer 10%, enquanto as exportações devem ficar estáveis.

Após cinco anos consecutivos de queda na receita do setor fabricante de máquinas e equipamentos, que levou o setor a encolher 47% no período, 2018 encerrou com crescimento de 7% em relação a 2017. De maneira geral, o crescimento observado nas vendas se deu predominantemente no mercado externo. Já quanto ao número de pessoas empregadas, em 2018, o setor retomou então o processo de contratações, após quatro anos ininterruptos de redução da mão de obra, e reempregou quase 10 mil pessoas.

Exportações

O setor registrou em 2018 fortes oscilações nas suas exportações, mas manteve o volume de venda bem acima dos níveis observados em 2017. Assim, encerrou o ano com crescimento de 7,1% em relação à 2017. O bom desempenho das vendas externas foi observado em quase todos os setores fabricantes de máquinas e equipamentos. O destaque ficou para o forte aumento das vendas realizadas no setor de óleo e gás com crescimento de 43%. Quase metade das vendas de máquinas e equipamentos brasileiros (46%) tiveram como destino os Estados Unidos e a Europa.

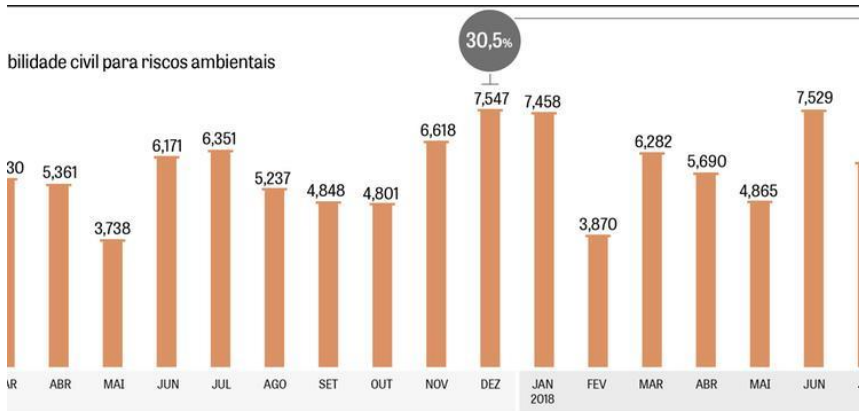
Importações

Já quanto às importações, no país, houve crescimento de 14,6%, em 2018. Esse crescimento, embora relevante, representa hoje quase metade do resultado observado em 2013 (US\$ 28,8 bi). O bom desempenho nas importações de 2018 em relação a 2017 reflete uma recuperação intensa no setor fabricante de bens de consumo e também à mudança nas regras do Repetro. Pelo segundo ano consecutivo a China, permaneceu como a principal origem, tanto em valores como em quantidade, representando 18,7% do total das importações realizadas.

Os investimentos produtivos, medidos pelo consumo aparente (produção – exportação + importação) de máquinas e equipamentos, após quedas consecutivas nos últimos quatro anos, registrou, em 2018 crescimento de 13,4%. Este saldo positivo é considerado pela Abimaq um bom indicativo de que as expectativas são de aumento mais intenso do consumo, uma vez que o cenário é de fraca recuperação da atividade econômica.

05/02/2019 – Fonte: DCI

Na segunda tragédia envolvendo a Vale em menos de cinco anos e com a maior demanda pelo produto de riscos ambientais, especialistas projetam maior rigidez das seguradoras nos contratos



As seguradoras devem tornar mais duras na análise de risco para o mercado de mineração frente a situação mais recente do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG). O movimento virá acompanhado de um reajuste para cima nos preços.

A projeção dos especialistas é de maior rigidez das seguradoras nos acordos de contratação. Segundo a Superintendência de Seguros Privados (Susep), os prêmios diretos da cobertura atingiram os R\$ 9,852 milhões em dezembro. O volume é 30,5% maior ante igual mês de 2017 (R\$ 7,547 milhões). Em 2018, o montante total de prêmios diretos foi de R\$ 81,262 milhões, alta de 20,4% na mesma comparação (R\$ 67,487 milhões).

“Apesar de o mercado estar em um momento muito complicado, voltando de uma recessão econômica, a expectativa é de que tanto uma reprecificação como uma reavaliação de risco mais aprofundada, voltada para o mercado de mineração, aconteça no setor”, comenta o diretor da LTSeg Corretora, Caio Timbó.

Dentre os critérios de reformulação de preços e da análise, o “norte” das mudanças viria pelos riscos intangíveis (que não podem ser mensurados ou previstos) e tangíveis e pela possível revisão nos níveis de indenização aceito pela seguradora em caso de sinistro.

Segundo o sócio da Kuntz Advocacia e Consultoria Jurídica, Marco Antônio Alonso David, são processos “complexos”. “Diferente do seguro de vida, onde é possível fazer uma estimativa da indenização, o custo de recuperação ambiental é difícil. Geralmente são situações de grande monta e árdua reparação”, explica.

Para Timbó, as mudanças no segmento devem vir no médio prazo. “Veremos mais fundos de investimentos e empresas impondo políticas mais restritas de seguros, como a obrigatoriedade na contratação em determinadas situações. Isso movimentará o setor positivamente”, completa.

Reembolsos

Ainda sobre a tragédia de Brumadinho (MG), os especialistas afirmam que mesmo com a validação do laudo sobre a segurança da barragem e a consequente indenização pelas seguradoras, é improvável que o montante ressarcido será suficiente para quitar os prováveis débitos da mineradora.

“Mesmo sem acesso à apólice, a quantia necessária deve ser gigantesca por conta de todos os danos. Mesmo com ressarcimento, dificilmente haverá a recomposição de todas as perdas”, diz Timbó, da LTSeg.

O presidente do Grupo Bradesco Seguros, seguradora responsável pelas apólices de vida em grupo da Vale, Vinicius Albernaz, afirmou na coletiva de resultados do banco que “os efeitos são imateriais do ponto de vista financeiro”.

“A extensão desse tipo de evento tende a ser mitigado pela estrutura do resseguro que existe em ocorrências dessa envergadura. O mais importante é atendimento mais rápido possível dos sinistros para todos os envolvidos”, disse.

Procuradas, as seguradoras Chubb, Tokio Marine, AIG, Argo , AXA , Mapfre, Sampo, Zurich, Travelers, HDI e Sul América não responderam até o fechamento desta edição. A Allianz e a Susep optaram por não comentar o assunto.